



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

CONTADOR

Data: 14/12/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 15	16 a 30	31 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, réguas, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

A FALÁCIA DA GUERRA PELA ÁGUA

Internacionalmente, não existem registros de conflitos por disputa de recursos hídricos, apenas algumas tensões políticas ou diplomáticas em alguns casos específicos. A maior parte das 261 bacias internacionais existentes no mundo é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas.

É o caso do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica, o Tratado da Bacia do Prata, a Comissão Internacional para Proteção do Rio Danúbio (Europa), a Iniciativa da Bacia do Nilo (África), o Protocolo de Damasco, assegurando o compartilhamento das águas do Rio Eufrates (Oriente Médio), Tratado de Paz entre Israel e Jordânia acerca do compartilhamento do Rio Jordão, entre outros. O mundo já entende que uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado, independentemente das fronteiras políticas que possa abranger. Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso, nunca houve a chamada guerra pela água, nem há perspectiva de que haja, já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas, sobretudo se comparadas aos custos de uma guerra. Paula Duarte Lopes, em *Água no Século XXI: Desafios e oportunidades*, afirma: “No que diz respeito à água, a última guerra – no sentido clássico do termo – registrada teve lugar entre duas cidades-Estado na Suméria antiga (Umma e Lagash), em 2500 a.C. Não existe qualquer registro histórico de outra guerra entre entidades políticas autônomas ou explicada por motivos hídricos”.

O especialista turco em hidropolítica Dursun Yildiz converge com essa opinião ao afirmar que, “quando olhamos para os trabalhos acadêmicos, podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água parece quase impossível. Esse conceito é mais publicado em revistas e jornais populares”. Afirmar que a água vai acabar, como já vimos, é uma insensatez malthusiana, e atribuir conflitos a uma eventual escassez atende apenas a interesses midiáticos, políticos e ideológicos, pois não se assenta em base científica, mas em uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado.

Luiz Antonio Bittar Venturi

(Extraído de: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/456>)

01. A primeira ideia apresentada pelo autor para se contrapor à tese de uma “guerra pela água” se sustenta no argumento de que, na verdade, há:

- A) desperdício inconsequente desse recurso natural
- B) falta de planejamento em sua distribuição entre as regiões
- C) ausência de acordos internacionais efetivos nessa matéria
- D) tensões políticas restritas a algumas regiões pontuais do planeta
- E) negligência dos governantes do chamado terceiro mundo

02. De acordo com o texto, quem defende a ideia de “guerra pela água” supõe que:

- A) esse recurso natural vai acabar
- B) os governos não devem interferir nessa matéria
- C) uma guerra é mais barata do que acordos internacionais
- D) essa é uma realidade antiga na história da humanidade
- E) não há tecnologia eficiente para o tratamento da água

03. Uma palavra que marca um claro distanciamento do autor em relação à disputa por recursos hídricos está adequadamente destacada em:

- A) “É o **caso** do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica” (2º parágrafo)
- B) “assegurando o **compartilhamento** das águas do Rio Eufrates” (2º parágrafo)
- C) “em áreas onde o recurso hídrico é mais **escasso**” (2º parágrafo)
- D) “nunca houve a **chamada** guerra pela água” (2º parágrafo)
- E) “O especialista turco em **hidropolítica** Dursun Yildiz converge com essa opinião” (3º parágrafo)

04. Para o autor, a ampla divulgação da tese de que haveria uma “guerra pela água” se deve principalmente a:

- A) registros históricos encontrados recentemente
- B) estudos cientificamente comprovados
- C) fracasso de intervenções diplomáticas
- D) demagogia do discurso eleitoral
- E) alardes da imprensa popular

05. No primeiro parágrafo, a segunda frase estabelece em relação à primeira frase a seguinte relação:

- A) indica uma opinião mais generalista
- B) comprova com dado objetivo
- C) narra um episódio particular
- D) refuta uma afirmação anterior
- E) manifesta um dilema do autor

06. No segundo parágrafo, a enumeração de Tratados Internacionais tem o objetivo de:

- A) explicitar um ponto de vista oposto ao do autor
- B) exibir um conhecimento desnecessário à discussão
- C) reiterar as deficiências da diplomacia na atualidade
- D) justificar a ausência de planejamento governamental
- E) reforçar a existência de uma gestão compartilhada da água

07. No terceiro parágrafo, uma palavra que revela um julgamento negativo do autor é:

- A) claramente
- B) insensatez
- C) conflitos
- D) eventual
- E) midiáticos

08. O emprego do advérbio “internacionalmente” (1º parágrafo) evidencia uma ideia de:

- A) tempo
- B) perspectiva
- C) consequência
- D) condição
- E) explicação

09. Em “é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas” (1º parágrafo), a palavra “que” retoma uma expressão anterior. O mesmo processo ocorre com a palavra “que” no seguinte fragmento:

- A) “O mundo já entende que uma bacia hidrográfica”
- B) “Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso”
- C) “nem há perspectiva de que haja”
- D) “podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água”
- E) “uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado”

10. Uma palavra que contém uma clara intenção crítica é:

- A) compartilhamento
- B) independentemente
- C) planejamento
- D) histórico
- E) fatalista

11. No primeiro parágrafo, o verbo “existem” está no plural, porque concorda com:

- A) internacionalmente
- B) registros de conflitos
- C) disputa
- D) recursos hídricos
- E) alguns casos específicos

12. Em “já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas” (2º parágrafo), o conectivo destacado expressa o valor semântico de:

- A) explicação
- B) consequência
- C) causa
- D) condição
- E) proporcionalidade

13. No segundo parágrafo, o emprego dos travessões tem o objetivo de:

- A) delimitar o significado de um termo
- B) apresentar uma referência bibliográfica
- C) indicar uma contestação natural
- D) introduzir um comentário contraditório
- E) reivindicar uma ideia ultrapassada

14. No trecho “uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado”, a palavra “enquanto” pode ser substituída, mantendo a ideia global da frase, por:

- A) na proporção de
- B) ao mesmo tempo em que
- C) na condição de
- D) simultaneamente a
- E) ao contrário de

15. Em “mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso” (2º parágrafo), a palavra “mesmo” é invariável. Essa palavra pode variar em gênero e número em:

- A) Ele mesmo reconheceu a gravidade de seu erro.
- B) O profissional não fez mesmo o que era esperado.
- C) O jovem não gosta de ficar em casa mesmo em dias de chuva.
- D) Mesmo observando as condições adversas, o rapaz decidiu mudar-se.
- E) O parecer confirmou não ser mesmo possível realizar o procedimento.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

16. Segundo o Decreto Estadual nº 41.425, de 06 de agosto de 2006, que altera e consolida o Estatuto da Fundação Santa Cabrini-FSC, o Conselho de Administração da FSC contará com a participação da seguinte autoridade:

- A) um Subsecretário de Gestão de Pessoal
- B) um Desembargador da 3ª Câmara Penal do TJ
- C) um Procurador do Tribunal de Contas do Estado
- D) um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
- E) um Juiz Federal

17. Segundo o Art. 1º da Lei Estadual nº 4.984, de 11 de janeiro de 2007, a parcela da remuneração do trabalho realizado pelos apenados destinada à indenização dos danos causados pelo crime, quando determinados judicialmente e não reparados por outros meios, será de:

- A) 15%
- B) 20%
- C) 30%
- D) 5%
- E) 40%

18. Nos termos da Lei de Execuções Penais, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a assistência ao preso terá, dentre outras, a seguinte natureza:

- A) material, que não inclui o direito a vestimentas e alimentação
- B) à saúde, que terá caráter somente curativo
- C) religiosa, desde que não contrarie a religião praticada pela diretoria do presídio
- D) educacional, que compreenderá a instrução básica e a formação profissional do preso e do internado
- E) jurídica, destinada a qualquer preso ou internado que necessitar de advogado

19. Segundo o Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, a investidura em cargo em comissão, integrante do Grupo I – Direção e Assessoramento Superiores – DAS, ocorrerá com:

- A) a posse
- B) o exercício
- C) a nomeação
- D) a designação
- E) a homologação

20. O retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade é denominado:

- A) reintegração
- B) aproveitamento
- C) readaptação
- D) recondução
- E) reinvestidura

21. Nos termos da Lei Estadual nº 5.427/2009, aplica-se ao instituto da delegação o seguinte normativo:

- A) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no portal da transparência.
- B) A delegação não poderá ser admitida por meio de convênio ou outros atos multilaterais.
- C) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- D) O ato de delegação é revogável em até 30 dias de sua edição por qualquer autoridade pública estadual.
- E) A delegação será admitida por tempo determinado somente nas situações previstas em lei específica.

22. Nos termos da Lei nº 5.427/2009, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou agente que:

- A) tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo
- B) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau de qualquer dos interessados
- C) tenha participado do processo ou dele venha a participar como perito, testemunha ou representante ou se tais situações ocorrerem quanto a qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou com qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- E) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau

23. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia:

- A) a ação de grupos armados contra a ordem constitucional
- B) os definidos como crimes hediondos
- C) a ação de militares contra o Estado Democrático de Direito
- D) a prática de atos de improbidade administrativa
- E) o racismo e os crimes políticos

24. O auditor do Tribunal de Contas da União, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, terá as mesmas garantias e impedimentos da seguinte autoridade:

- A) Ministro do STJ
- B) Ministro do STF
- C) Desembargador do TJ
- D) Juiz do Tribunal Regional Federal
- E) Procurador do Estado

25. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, entre outros, que visem à melhoria de sua condição social:

- A) irredutibilidade do salário, protegido da disposição em convenção ou acordo coletivo
- B) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno
- C) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável
- D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário
- E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria

26. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado
- B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado
- C) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas
- D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade ou ente do Poder Público

27. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de:

- A) concorrência pública
- B) tomada de preços
- C) concurso
- D) pregão
- E) carta-convite

28. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas denomina-se:

- A) convite
- B) pregão eletrônico
- C) concorrência
- D) tomada de preços
- E) concurso público

29. É dispensável a licitação para contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor da contratação não seja superior a:

- A) R\$ 15.000,00
- B) R\$ 8.000,00
- C) R\$ 65.000,00
- D) R\$ 150.000,00
- E) R\$ 30.000,00

30. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- A) o objeto de execução, salvo os seus elementos característicos
- B) o regime de execução, mas não a forma de fornecimento
- C) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso
- D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação institucional
- E) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, sendo exigidas somente as cauções em dinheiro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em 20/05/2010, uma empresa industrial adquiriu um equipamento para o setor de produção por R\$ 72.000,00, com incidência de 10% de IPI e ICMS incluso a uma alíquota de 20%.

Informações complementares:

- Gasto com instalação: R\$ 3.600,00
- Vida útil estimada: 8 anos
- Valor residual: R\$ 4.080,00
- Método de depreciação: cotas constantes
- Data de entrada em operação: 02/07/2010
- O equipamento não sofreu alteração de preço no mercado desde sua aquisição.

O valor líquido contábil do equipamento, em 31/12/2013, era igual a:

- A) R\$ 35.510,00
- B) R\$ 40.260,00
- C) R\$ 39.450,00
- D) R\$ 48.360,00
- E) R\$ 37.425,00

32. Com base nas estruturas das demonstrações contábeis, preconizadas pela legislação societária vigente, aquela elaborada ao final de cada exercício social, informando o montante do dividendo por ação do capital social a ser distribuído é denominada:

- A) Balanço Patrimonial
- B) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- C) Demonstração do Resultado do Exercício
- D) Demonstração do Valor Adicionado
- E) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

33. O balancete de verificação elaborado em 31/12/2013 pela Empresa Comercial Ltda. apresentava as contas abaixo, com seus respectivos saldos:

Contas	R\$
Bancos c/Movimento	13.800,00
Custo das Mercadorias Vendidas	27.200,00
Estoque de Mercadorias	13.200,00
Móveis e Utensílios	24.000,00
Lucros Acumulados	13.440,00
Despesas Antecipadas	28.200,00
Receitas Financeiras	4.000,00
Duplicatas a Receber	30.000,00
Capital Social Realizado	46.200,00
Despesas de Salários	10.500,00
Despesas Financeiras	3.240,00
Despesas Administrativas	5.500,00
Receitas Recebidas Antecipadamente	29.400,00
Fornecedores	36.000,00
Receita de Vendas de Mercadorias	49.400,00
Títulos a Receber	22.800,00

Na elaboração do balanço patrimonial, o montante do Patrimônio Líquido correspondeu a:

- A) R\$ 67.800,00
- B) R\$ 66.600,00
- C) R\$ 96.000,00
- D) R\$ 59.640,00
- E) R\$ 109.500,00

34. Em 31/12/2013, estavam registrados na contabilidade da empresa Alvorada Comércio LTDA, entre outros, os seguintes dados: (valores em R\$)

Receita de Vendas de Mercadorias	22.000
Receitas Financeiras	1.000
Descontos Comerciais Concedidos	1.000
ICMS sobre Vendas	2.640
Vendas Canceladas	3.400
Descontos Condicionais Concedidos.....	800
PIS e COFINS sobre Faturamento.....	640
Receita de Venda de Ativo Fixo.....	3.600
Comissões sobre vendas.....	500
Pagamento de Frete nas entregas de mercadorias.....	200

Na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, a Receita Líquida informada apresentou o seguinte montante:

- A) R\$ 13.820,00
- B) R\$ 19.600,00
- C) R\$ 13.620,00
- D) R\$ 14.320,00
- E) R\$ 14.620,00

35. Uma sociedade comercial apresentava, em 31/08/2014, um estoque de mercadorias para revenda de 30 unidades ao preço unitário de R\$ 50,00. Durante o mês de setembro foram realizadas as seguintes operações:

10/09 – adquiriu 90 unidades ao preço total de R\$ 6.300,00, com ICMS incidente de 12%;
22/09 – vendeu 60 unidades ao preço unitário de R\$ 150,00, com ICMS destacado na nota fiscal de R\$ 1.800,00;
30/09 – devolução pelo cliente de 15 unidades das mercadorias vendidas em 22/09.

Sabendo-se que a empresa utiliza o inventário permanente e adota o método PEPS para avaliação do estoque, pode-se afirmar que o valor do resultado com mercadorias, em 30/09/2014, foi igual a:

- A) R\$ 2.976,00
- B) R\$ 2.250,00
- C) R\$ 2.814,00
- D) R\$ 2.628,00
- E) R\$ 2.550,00

36. De acordo com a legislação societária vigente, os dividendos obrigatórios distribuídos e pagos pelas sociedades coligadas e controladas às suas controladoras, deverão ser reconhecidos, classificados e registrados na sociedade controladora como:

- A) receita operacional do exercício pelo regime de competência
- B) ganho por equivalência patrimonial
- C) redução do valor do investimento realizado
- D) outras receitas operacionais
- E) receitas de dividendos

37. De acordo com a classificação da despesa pública, quanto à estrutura programática, o instrumento de programação envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo denomina-se:

- A) função
- B) atividade
- C) projeto
- D) subprograma
- E) operações especiais

38. Uma despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual de um determinado ente governamental foi executada e classificada, quanto à natureza, pelo seguinte código e especificação: 3.4.90.30-MATERIAL DE CONSUMO. Nesta identificação, o primeiro dígito representado pelo algarismo 3, o terceiro e o quarto dígitos pelo número 90, indicam respectivamente, pelas normas vigentes:

- A) a categoria econômica e o grupo da despesa
- B) o grupo da despesa e o elemento da despesa
- C) a modalidade de aplicação e o grupo da despesa
- D) a categoria econômica e a modalidade de aplicação
- E) o elemento da despesa e a modalidade de aplicação

39. O mecanismo de liberação de recursos financeiros vinculados ao orçamento, realizado pelos órgãos setoriais de programação financeira, para unidade orçamentária ou administrativa a eles vinculados, ou seja, que faça parte da estrutura do Ministério ou Secretaria, onde se encontra o órgão setorial de programação financeira, é denominado:

- A) sub-repasse
- B) repasse
- C) cota
- D) destaque
- E) provisão

40. Considere os seguintes dados em reais, referentes aos recursos financeiros arrecadados durante o exercício de 2013, de uma determinada prefeitura:

Fontes	R\$
ISS	40.000
IPTU	23.000
ITBI	5.000
IRRF (servidores)	10.000
Cota-Parte ICMS	15.000
Cota-Parte IPVA	8.000
Cota-Parte FPM	40.000
Arrendamentos	5.000
Alienação de Bens Imóveis	4.000
Dívida Ativa Tributária	5.000
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.000
Operações de Crédito Internas (Contrato)	30.000
Dividendos de Empresas Controladas	5.000

Levando em consideração apenas as receitas efetivas, o montante arrecadado foi igual a:

- A) R\$ 163.000,00
- B) R\$ 154.000,00
- C) R\$ 144.000,00
- D) R\$ 90.000,00
- E) R\$ 81.000,00

41. Um ente governamental no atual exercício financeiro, após cumprimento de todos os seus estágios, realizou as seguintes despesas: pagamento de sentenças judiciais, reforma e ampliação de bens imóveis e serviço de limpeza e asseio da Secretaria de Educação. De acordo com a legislação vigente, quanto à classificação da despesa sob o aspecto da estrutura programática, esses gastos efetuados estão relacionados, respectivamente, às seguintes ações governamentais:

- A) encargo especial, projeto e operação especial
- B) atividade, projeto e operação especial
- C) encargo especial, projeto e atividade
- D) projetos, encargo especial e operação especial
- E) operação especial, projeto e atividade

42. Com base nos preceitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o tipo de despesa que poderá ser realizada no exercício financeiro por um determinado ente governamental e que não poderá ser submetida ao mecanismo de limitação de empenho é aquela destinada ao gasto com:

- A) educação
- B) precatórios judiciais
- C) bolsa-família
- D) serviço da dívida
- E) saúde

43. A dívida consolidada de um determinado município ultrapassou, no final de um quadrimestre, o limite legal estabelecido. De acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá retornar ao limite até o término dos três quadrimestres subsequentes. Conforme, também, preconizado no referido diploma legal, no primeiro quadrimestre deverá ter uma redução pelo menos do seguinte percentual:

- A) 45%
- B) 30%
- C) 25%
- D) 20%
- E) 33%

44. Conforme determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal, o documento que, obrigatoriamente, deve ser elaborado anualmente pelo Poder Executivo dos entes federativos, estabelecendo as previsões para receitas e despesas, o resultado nominal e o resultado primário, além do montante da dívida pública, para o exercício a que refere e para os dois subsequentes, é aquele denominado:

- A) Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- B) Relatório de Gestão Fiscal
- C) Anexo de Riscos Fiscais
- D) Anexo de Metas Fiscais
- E) Demonstrativo do Resultado Primário

45. Em 31/12/2013 um determinado estado da Federação, para verificar se os diversos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal foram cumpridos, apurou que o montante da sua receita corrente líquida no período dos doze últimos meses foi igual a R\$ 1.500.000,00. Com base nesse dado, o montante correspondente ao limite máximo do endividamento consolidado seria de:

- A) R\$ 1.800.000,00
- B) R\$ 2.250.000,00
- C) R\$ 1.200.000,00
- D) R\$ 3.750.000,00
- E) R\$ 3.000.000,00

46. A Lei Orçamentária de uma determinada prefeitura para o exercício financeiro de 2013 previa receitas e fixava despesas no total de R\$ 24.000,00. Durante o período, as seguintes transações foram registradas:

I - arrecadação de receitas orçamentárias	R\$ 22.500,00
II - despesas empenhadas até 31/12	R\$ 18.000,00
III - despesas orçamentárias pagas até 31/12	R\$ 15.000,00
IV - pagamento de Restos a Pagar inscrito no exercício de 2012.....	R\$ 4.500,00
V - restituição a terceiros de diversos depósitos efetuados em 2012.....	R\$ 2.250,00
VI - recebimentos de diversas cauções em dinheiro efetuados por terceiros	R\$ 2.250,00

Sabendo-se que o total das disponibilidades em caixa, indicado no balanço do exercício anterior era de R\$ 9.000,00, o resultado financeiro apurado no exercício indicou um superávit de:

- A) R\$ 3.000,00
- B) R\$ 16.500,00
- C) R\$ 6.000,00
- D) R\$ 5.000,00
- E) R\$ 7.500,00

47. De acordo com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, das transações realizadas por um ente governamental aquela que **não** implicará lançamentos em contas pertinentes à informação de natureza de controle é:

- A) inscrição de restos a pagar processados
- B) inscrição de créditos em dívida ativa
- C) execução da disponibilidade de recursos
- D) execução de direitos contratuais
- E) arrecadação líquida de receitas orçamentárias

48. Conforme conceituado na legislação vigente, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio resultante ou independente da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial. Para a sua elaboração e composição, deverão ser utilizadas as contas contábeis agrupadas nas seguintes classes do PCASP:

- A) 3 e 4
- B) 3, 5 e 7
- C) 3, 4 e 6
- D) 3 e 6
- E) 3, 4 e 8

49. Em 31/12/2013, a contabilidade de um determinado estado da federação apresentava, entre outras, as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em Reais):

Crédito Disponível.....	30.000
Crédito Empenhado a Liquidar.....	75.000
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.....	25.000
Crédito Empenhado Pago.....	520.000
Receita Realizada.....	880.000
Caixa e Equivalente de Caixa.....	190.000
Previsão Atualizada.....	650.000

Com base nestes dados e, sabendo-se que no exercício findo não houve refinanciamento da dívida e nem reabertura de saldo remanescente do exercício anterior, pode-se afirmar que o montante dos Restos a Pagar inscritos no exercício foi igual a:

- A) R\$ 190.000,00
- B) R\$ 100.000,00
- C) R\$ 360.000,00
- D) R\$ 230.000,00
- E) R\$ 75.000,00

50. A Secretaria de Saúde de um estado da federação adquiriu, em 30/03/2012, pelo valor de R\$ 105.000,00, uma UTI móvel para ser utilizada no transporte de pacientes. Foi colocado em uso somente em 01/05/2012. Na ocasião da aquisição, foi atribuída uma vida útil de cinco anos, com valor residual de R\$ 21.000,00. O método de apreciação adotado foi o de cotas constantes. Sabendo-se que o valor recuperável em 31/12/2013 do bem adquirido era de R\$ 78.500,00, de acordo com as normas vigentes, o valor demonstrado no balanço patrimonial referente à ambulância era igual a:

- A) R\$ 75.600,00
- B) R\$ 77.000,00
- C) R\$ 56.000,00
- D) R\$ 78.500,00
- E) R\$ 105.000,00